

Jacob Binsztok

Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo

## Agricultura familiar na Amazônia: o contexto da cafeicultura no centro de Rondônia<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Este artigo é parte do projeto "Implantação de Associação de Agricultores Familiares no Estado de Rondônia", apoiado pelo Programa de Pesquisa em Agropecuária e do Agronegócio – COAGR (processo nº 504325/2004-0), e sua elaboração contou com a participação de Eduardo Alves Menezes dos Santos, bolsista do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense.

### Resumo

Investigamos a agricultura familiar e a produção de café na Amazônia Meridional, principalmente no centro-leste do estado de Rondônia. Nesse sentido foram pesquisados os espaços produzidos por colonos provenientes dos estados do Espírito Santo e do Paraná. Verificamos que toda a comercialização é estruturada no estado do Espírito Santo, obrigando o produto a percorrer grandes distâncias até os portos de Vitória ou Paranaguá, não se escoando a produção por Porto Velho, o que reduziria significativamente os custos de transporte. Tal fato não se vincula a uma racionalidade, mas sim, a uma relação de confiança entre produtores e intermediários. As relações de trabalho, principalmente o sistema de meeiros, constituem-se em importante agente da cafeicultura, atividade que, apesar dos obstáculos, assume relevância na geração de trabalho e renda na Amazônia Meridional.

**Palavras-chave** Amazônia Meridional; Rondônia; café; agricultura familiar; meeiros.

### Abstract

*We investigate family agriculture and the production of coffee in the Southern Amazonia, mainly in the center-east of the State of Rondônia. In this direction the spaces produced by colonists proceeding from the States of Espírito Santo and Paraná had been researched. We verify that all the commercialization structure derives from the State of Espírito Santo, compelling the product to cover great distances until the ports of Vitória or Paranaguá, instead of dropping the production off at Porto Velho, a procedure that would reduce the transport costs significantly. Rather than upon a rationality such fact is based on a reliable relation between producers and intermediaries. The working relations, mainly the system of share-croppers, are an important agent for the coffee culture, an activity that despite the obstacles is relevant to the generation of work and income in the Southern Amazonia.*

**Keywords** Southern Amazonia; State of Rondônia; coffee; family agriculture; share-croppers.

[jacob.binsztok@terra.com.br](mailto:jacob.binsztok@terra.com.br)

## Contextualização

O trabalho investiga o processo de consolidação da fronteira agrícola na Amazônia Meridional, representada pelo município de Cacoal, localizado à margem da rodovia 364, distante cerca de 470 km de Porto Velho e inserido no denominado Centro-Leste de Rondônia. Trata-se do terceiro município mais populoso do Estado, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referentes ao ano de 2003, que revelaram um efetivo de 78.525 habitantes, 60.358 (77%) dos quais concentrados na área urbana e 18.167 (23%) distribuídos pela zona rural.

Com relação aos espaços ocupados pela produção agropecuária em Cacoal, destacamos a presença de uma forte concentração de pequenos produtores provenientes, em grande parte, do norte do Espírito Santo. Descendentes de italianos e alemães, esses produtores dedicaram-se, a partir da década de 70, ao cultivo do café robusta (*conillon*) e a uma significativa policultura responsável pela ampla variedade de produtos consumidos na cidade.

Com respeito às relações de trabalho, destacamos a existência de um grande número de meeiros oriundos de diversos Estados. Ocupados principalmente com o cultivo do café e com a pecuária de corte e de leite e trabalhando ao lado dos pequenos proprietários, os meeiros constituíram-se em um dos importantes atores para a consolidação da fronteira agrícola do centro-leste de Rondônia e, conseqüentemente, da Amazônia Meridional.

No que se refere ao processo de ocupação e povoamento de Cacoal, o município encontra-se inserido nos ciclos que atingiram Rondônia e que podem ser resumidos da seguinte forma:

- 1º. A partir do século XVII, no período colonial, pela penetração de bandeiras dirigidas pelos portugueses. O objetivo principal desses movimentos era a exploração de ouro e outros minerais nos rios Guaporé e Mamoré. No século XVIII, esse processo originou os núcleos populacionais de Pouso Alegre e Casa Redonda.
- 2º. No fim do século XIX a região atravessou o primeiro ciclo da borracha com migrantes nordestinos ocupando as bacias hidrográficas e avançando em terras bolivianas. Tal movimentação gerou um conflito territorial entre Brasil e Bolívia, solucionado pelo Tratado de Petrópolis, assinado em 1903, que garantiu ao Brasil as terras que deram origem ao estado do Acre. No início do século XX a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, no período de 1904 a 1912, favoreceu a imigração de trabalhadores europeus, centro-americanos e nordestinos, e dela se originaram os núcleos urbanos de Porto Velho, Jaci-Paraná, Mutum-Paraná, Abunã e Guajará-Mirim.
- 3º. No século passado, entre 1920/40, a Comissão Rondon, responsável pela implantação da linha telegráfica Cuiabá-Porto Velho, instalou postos em Vilhena, Marco Rondon, Pimenta Bueno, Ji-Paraná, Ariquemes e Porto Velho, podendo ser considerada o embrião do município de Cacoal, por ter permitido que um dos seus integrantes, o Sr. Anésio Sena de Carvalho, proveniente da Paraíba, solicitasse terras para a implantação de um seringal às margens do igarapé Pirarara. Em virtude da grande quantidade de seringueiras e de cacauzeiros nativos encontrados na área, o

empreendimento foi denominado Seringal Cacoal, passando a se designar Fazenda Cacoal após o declínio da borracha.

- 4º. No período de 1941/1945, durante a 2ª Guerra Mundial, o Governo Vargas criou o SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia), dirigido pelo engenheiro Paulo de Assis Ribeiro, com a participação do então padre Helder Câmara na coordenação dos trabalhos de orientação religiosa dos “soldados” da borracha. Na época foram recrutados cerca de 50.000 trabalhadores nordestinos, com o objetivo de reativar a produção dos seringais na Amazônia e em grande parte das bacias hidrográficas de Rondônia. Financiado pela agência governamental norte-americana Rubber Development Corporation, o SEMTA jamais cumpriu sua meta de produzir sessenta mil toneladas do produto por ano, e, por conseguinte, os soldados da borracha foram abandonados à própria sorte na região.
- 5º. Na década de 60, a extração de cassiterita (estanho), dirigida pelo conglomerado canadense Brascan, atraiu um grande número de garimpeiros para Ariquemes e Porto Velho. Nessa década também ocorreu a abertura da BR-364, ligando Porto Velho a Cuiabá. Na década de 70, a colonização oficial do INCRA transformou os antigos postos telegráficos de Vilhena, Pimenta Bueno, Ji-Paraná e Ariquemes em núcleos de projetos e de recepção de um dos movimentos migratórios mais expressivos da Amazônia.

#### O processo de povoamento e ocupação de Rondônia

Pesquisando as origens das cidades de Rondônia, Silva Filho (1995, p. 15) relata o recente processo de ocupação e povoamento na cidade de Cacoal, mostrando que, em 1972, à margem da atual BR-364, perto do barracão de uma antiga fazenda, um grande número de pioneiros provenientes de vários cantos do país acamparam e ficaram aguardando a demarcação e distribuição de lotes, pelo INCRA, do Projeto Integrado de Colonização Ji-Paraná, com uma área prevista de 486.137 ha destinados ao assentamento de 5.000 famílias.<sup>2</sup>

O trabalho de Maria de Lourdes Kemper (2002) mostra que grande parte dos seringalistas precursores da cidade, por não possuírem títulos definitivos de propriedade, perderam parte de suas terras devido a invasões ou mesmo a desapropriações realizadas pelo próprio INCRA durante o Regime Militar, não sendo raro terminarem seus dias em dificuldades financeiras e dependendo de familiares para prover suas necessidades, como demonstraram as entrevistas realizadas pela autora com amigos e familiares de Anísio Serrão, Manoel do Carmo, João Faustino da Silva, Luiz Caetano de Azevedo, Leônidas Leonel de Oliveira e Clodoaldo Nunes de Almeida, este responsável pela introdução do café em Rondônia. Não conseguindo obter grande poder político, esses proprietários de terras não se transformaram em oligarquias rurais, diferentemente do ocorrido em outras áreas do país.

A publicidade oficial sobre a distribuição de lotes atraiu um notável fluxo de migrantes para as imediações do Projeto Ji-Paraná, fazendo com que o INCRA também atuasse na distribuição de lotes urbanos, ao construir uma vila no cruzamento da linha 07 com a

<sup>2</sup> O autor destaca a presença das seguintes famílias: Amandio Rodrigues d'Ávila, Olívio de Tal, Síriaco do Nascimento, Manoel Gomes dos Santos, Pedro Alves Corrêa, Jesuíno Rodrigues d'Ávila, Colares Pinto Rabelo, Antônio Petroni, Antenor Nunes de Oliveira (Orlando) e Francisco Nominato Fritz.

BR-364, lançando os marcos urbanos de Cacoal. A expansão da vila e o aumento do tráfego pela rodovia motivaram alguns pioneiros para iniciativas inovadoras, como a construção de pequenos estabelecimentos comerciais destinados ao atendimento do fluxo rodoviário: restaurantes, postos de gasolina, oficinas de reparos de veículos, hotéis etc.

A importância desses núcleos foi assinalada em vários estudos realizados, na década de 60, por Orlando Valverde (1964) ao longo das rodovias Belém-Brasília (antiga BR-14) e Brasília-Acre (antiga BR-29). Seguindo a tradição da escola geográfica alemã, o geógrafo chamou esses núcleos de *strassendorf*, destacando as especificidades de seu incipiente traçado urbano, que evoluía na forma de um tabuleiro de xadrez, além das funções desempenhadas pelos estabelecimentos comerciais pioneiros. Essa é a gênese de um grande número dos atuais núcleos urbanos formados ao longo da BR-364 e, particularmente, dos municípios de Cacoal, Pimenta Bueno e Ji-Paraná, entre outros.

Os procedimentos do INCRA, em consonância com o ordenamento proposto pelo Regime Militar, rapidamente elevaram Cacoal à categoria de município. Assim, o município foi criado pela Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, e seus limites, definidos pelo Decreto nº 81.272, de 30 de janeiro de 1978, demarcados em 1º de março de 1982, exatamente dez anos após a chegada dos pioneiros à Fazenda Cacoal. Os limites do município foram estabelecidos da seguinte forma: ao norte, com o estado de Mato Grosso; a oeste, com o município de Ministro Andreazza; ao sul, com o município de Rolim de Moura; a leste/sudeste, com o município de Pimenta Bueno; e a leste/norte, com o município de Espigão d'Oeste. O Mapa 1 mostra a atual malha municipal de Rondônia, destacando o grande número de municípios constituídos a partir da década de 90 e respectivo fracionamento das unidades administrativas representativas do poder local, fato comum em outras áreas do país.

Analisando o processo de colonização implantado pelo INCRA, nos anos 70, na Amazônia Meridional, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1990) e Bertha Becker (1991) destacaram a importância de dois instrumentos utilizados pelo Regime Militar para viabilizar a ocupação dos “vazios demográficos” de Rondônia:

- a. Consolidação da BR-364: realizada no final dos anos 70/80, principalmente no trecho Cuiabá-Vilhena-Porto Velho, contou com recursos do Pólo-noroeste e financiamento do Banco Mundial para ordenar o fluxo de camponeses expropriados pela modernização agrícola ocorrida no sul e no sudeste do país;
- b. Projetos Integrados de Colonização (PIC): concebidos pelo Programa de Integração Nacional (PIN), ocuparam uma faixa de 100 km de cada lado da BR-364, repartida em lotes de aproximadamente 100 ha, distribuídos pelo INCRA. O referido processo foi chamado por alguns autores de “contra-reforma agrária”, pois o Regime Militar pretendia esvaziar as reivindicações dos movimentos sociais rurais que mobilizavam os excluídos do processo de modernização do campo, mediante o oferecimento de lotes no estado de Rondônia.

Mapa 1 Malha municipal atual do estado de Rondônia



Fonte: RONDÔNIA, 2006.

A leitura das informações contidas no Quadro 1 mostra Ouro Preto e Ji-Paraná como os maiores projetos de colonização do estado de Rondônia; no entanto, apesar de relativamente próximos, verificamos que Ji-Paraná se destacou pelo seu desmembramento, dando origem a um número significativo de municípios. Logo, os projetos de colonização foram fundamentais para a constituição dos novos municípios, que, embora possuindo reduzidas estruturas de serviços, mobilizaram lideranças para exercer o poder local e substituir as funções desempenhadas pelo INCRA.

Quadro 1 Projetos Integrados de Colonização no estado de Rondônia

Projetos	Área (ha)	Nº de famílias	Localização
Ouro Preto	512.585	5.000	Ouro Preto d'Oeste e Ji-Paraná
Ji-Paraná	486.137	5.000	Cacoal, Pres. Médici, Rolim de Moura, Pimenta Bueno e Espigão d'Oeste
Adolfo Rohl	407.210	3.500	Jaru
Paulo de Assis Ribeiro	293.580	3.500	Colorado d'Oeste
Sidney Girão	60.000	600	Guajará-Mirim

Fonte: INCRA, 1983.

Nota: Dados organizados por Oliveira (1990) e Becker (1991) e reorganizados por Binsztok (2002).

Nessa perspectiva podemos afirmar que tanto a BR-364 quanto os Projetos Integrados de Colonização cumpriram as finalidades geopolíticas estipuladas pelo Regime Militar, criando novas esferas de poder local e contribuindo decisivamente para a construção de uma nova ordem territorial no estado de Rondônia e na Amazônia Meridional (vide Mapa 1).

### Agricultura familiar e a cafeicultura no estado de Rondônia

Com o objetivo de investigar a agricultura familiar no estado de Rondônia, realizamos estudos exploratórios no município de Cacoal, em 2001 e em 2004, procurando conhecer a participação dos produtores no referido processo. Para tanto, entrevistamos pequenos proprietários, meeiros, comerciantes, feirantes, professores, estudantes, técnicos de instituições públicas, enfim, todos aqueles que pudessem nos ajudar a melhor compreender a construção desse novo ordenamento territorial na Amazônia Meridional.

Ao percorrermos as linhas de produção onde se concentra a atividade agropecuária de Cacoal, deparamo-nos com uma população proveniente, em grande parte, do norte do Espírito Santo, de cidades como São Gabriel da Palha, Linhares, Colatina, Mantena, Vila Pavão e Nova Venécia. Esses produtores, que adquiriram suas terras na década de 70/80, organizaram-se em uma estrutura tipicamente familiar e dedicaram-se ao cultivo de café, mais especificamente da variedade *conillon*, caracterizada por maior porte vegetativo e tolerância a temperaturas elevadas.

O café do tipo *conillon*, diferente da variedade *arábica*, não é apropriado ao consumo direto, sendo utilizado na fabricação de tintas, na indústria de café solúvel e na composição de *blends* de café torrado, porque otimiza a cor e a consistência da bebida.

A importância de Cacoal na economia cafeeira de Rondônia pode ser verificada pela leitura dos dados contidos no Quadro 2.

Quadro 2 Maiores produtores de café *conillon* de Rondônia

Municípios	Área (ha)	Produção (saca)	Rendimento (ha)
Cacoal	22.037	308.520	14,0
São Miguel de Guaporé	16.620	177.060	10,5
Alto Paraíso	10.700	128.400	12,0
Machadinho do Oeste	9.903	52.420	6,0
Ministro Andreazza	9.121	127.690	14,0
Nova Brasilândia do Oeste	8.904	106.850	12,0
Alta Floresta do Oeste	8.433	118.060	14,0
Novo Horizonte do Oeste	7.853	109.940	14,0
Rolim de Moura	7.597	100.280	13,0
Jaru	7.361	95.690	13,0
<b>Subtotal</b>	<b>108.529</b>	<b>1.331.910</b>	<b>12,0</b>
Outros municípios	104.590	1.060.470	10,0
<b>Total</b>	<b>203.128</b>	<b>2.392.380</b>	<b>11,0</b>

Fonte: IBGE, 2001.

Nota: Dados organizados por Agenor Luiz Delazari e reorganizados por Jacob Binsztok.

Analisando as informações do Quadro 2 observamos que a cafeicultura de Rondônia está distribuída por um razoável número de municípios. Cacoal destaca-se pela liderança da produção, em área ocupada e em rendimento. Com relação ao rendimento, é importante ressaltar que Cacoal acompanha a média nacional (14,0), significativa para Rondônia, porém baixa se comparada com os resultados obtidos por Minas Gerais (25,0) e São Paulo (23,0).

As abordagens comparativas são relevantes, não devendo entretanto servir como desestímulo para a cafeicultura de Cacoal, pois as cultivares de São Paulo e Minas Gerais são da variedade *arábica*, adaptada a condições morfológicas e climáticas e padrões tecnológicos diferentes dos de Rondônia.

Segundo informações divulgadas pela EMATER-RO e da CEPLAC-RO, o café de Cacoal é colhido sem estar plenamente maduro, acarretando uma perda de 40%. O melhoramento da qualidade pode ser obtido mediante o aumento do tempo nos secadores para cerca de 36 horas, em lugar das 12-14 horas atualmente utilizadas para a maturação do produto.

Na área rural de Cacoal encontramos atores marcantes da diferenciação socioespacial que caracteriza a fronteira agrícola consolidada de Rondônia. Assim, entramos em contato com uma comunidade de produtores capixabas descendentes de pomeranos, provenientes em grande parte de São Gabriel da Palha, Vila Pavão, Afonso Cláudio e Barra do São Francisco. Em suas residências ainda falam o baixo alemão, e do ponto de vista religioso a comunidade apresenta-se dividida entre adeptos das Igrejas Católica, Evangélica e Luterana. Em relação aos luteranos, há ainda uma subdivisão, envolvendo os de confissão luterana do Brasil e no Brasil. A comunidade possui também uma escola de nível médio, localizada na área urbana de Cacoal.

Os pomeranos da linha 21 possuem certa similitude com os produtores de descendência italiana em relação ao cultivo do café, dedicando-se porém com mais empenho à produção de leite, em propriedades situadas na faixa de 5 a 10 alqueires. A média de produção de leite é de 30 litros diários, comercializados com maquinistas locais e com representantes dos laticínios Vale d'Oeste (Espigão d'Oeste), Nova Esperança (Espigão d'Oeste) e Tradição (Ji-Paraná).

Segundo informações locais, os produtores de origem pomerana adquiriram suas terras da empresa loteadora Companhia Itaporanga. Os migrantes paranaenses, originários em grande parte de Vera Cruz, Cruzeiro do Oeste, Céu Azul e Toledo, geralmente chegaram na região como meeiros, só comprando terras após um período de permanência em Cacoal.

Nas entrevistas, fomos informados de que alguns produtores estão vendendo suas propriedades e comprando terras de menor valor em locais distantes, como Conízia (Mato Grosso), Buritis (Rondônia) e São Francisco (Rondônia), aproveitando-se de estradas vicinais pioneiras existentes na região. De acordo com dados do IBGE, o município de Buritis apresentou a maior taxa de crescimento populacional do país, atingindo cerca de 30% durante o ano de 2003, mostrando que a fronteira agrícola ainda não se esgotou em Rondônia e que os movimentos migratórios na atualidade estão obedecen-

do a uma ordem de caráter inter-regional. Existem casos ainda de produtores que mantiveram suas propriedades em Cacoal e continuaram ali residindo, mas adquiriram novas terras nos locais mencionados, alguns inclusive nelas atuando como maquinistas da produção de café.

A contribuição do geógrafo Jean Roche (1968), com sua obra *A colonização alemã no Espírito Santo*, na qual a fração do campesinato envolvida na aquisição de terras na fronteira agrícola do norte capixaba foi denominada “fazedores de solo”, ajudou a compreender o processo de aquisição de terras na fronteira agrícola de Rondônia. Verifica-se na referida obra que as práticas destinadas ao assentamento de descendentes do sexo masculino, no caso da colonização pomerana, já eram organizadas nos locais de origem dos migrantes, não devendo ser consideradas, portanto, apenas como uma especificidade da disponibilidade de terra na fronteira agrícola de Rondônia.

A policultura típica da produção camponesa é facilmente constatada em grande parte das propriedades rurais de Cacoal. Nesse sentido, encontramos a horticultura, com produção de alface, agrião, repolho, abobrinha, brócolis, tomate e cenoura, a fruticultura, com produção de manga, coco, araçá, abacaxi, melancia, banana-da-terra, banana-prata, melão, laranja, fruta-de-conde, acerola, poncã, pupunha, jaca e cupuaçu, e o cultivo de cereais, como feijão, arroz e milho, além da criação de galinhas caipiras, perus e porcos.

Segundo informações da EMATER-RO, essa policultura é responsável pelo abastecimento de supermercados (Lusitana e Irmãos Gonçalves) e de pelo menos quatro feiras semanais realizadas na cidade. Alguns produtores, mais capitalizados, cultivam seus produtos utilizando técnicas hidropônicas, outros atendem intermediários de cidades vizinhas, como Ji-Paraná e Porto Velho, tendo somente um deles conseguido atingir o mercado de Manaus.

A principal feira realizada no centro da cidade não possui características específicas, apresentando certa similitude com as congêneres da área periférica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Os feirantes informaram-nos que pagam mensalmente um aluguel simbólico de R\$1,00 à Prefeitura para adquirirem a licença de instalação da barraca, visando à comercialização de seus produtos.

Com o objetivo de melhor compreender a importância das linhas de produção para o abastecimento da cidade, que executam a função de um “cinturão verde”, elaboramos o Quadro 3, a seguir apresentado.

As informações do Quadro 3 mostram que as linhas 08, 10 e 208 concentram a produção de hortifrutigranjeiros para o abastecimento de Cacoal. No caso, confirmamos as observações de Martin Coy (1995, p. 121) de que o acelerado crescimento urbano das cidades pioneiras está contribuindo para a diversificação dos circuitos econômicos e melhorando a renda de determinados segmentos rurais. Nas entrevistas, verificamos que uma significativa parcela de feirantes é constituída de produtores rurais que reclamam das dificuldades de transporte, principalmente nos fins de semana, pois, muitas vezes, se vêem obrigados a pernoitar na cidade, em condições adversas, para evitar deslocamentos onerosos entre o sítio e a feira.

Quadro 3 Produtos comercializados nas feiras de Cacoal

Produtos	Origem
Espinafre, hortelã, mandioca e repolho.	Linha* 06
Alface, almeirão, abóbora, berinjela, cebolinha, coentro, cenoura, frango, jiló, maxixe, pepino, quiabo, rúcula, pimenta doce, pimenta-de-cheiro e tomate.	Linha* 08
Abacaxi, abóbora, banana-da-terra, melão nativo, limão e vagem.	Linha* 208
Feijão-verde, jiló, pepino, galinha (engradada), ovos, amendoim, feijão, repolho e farinha.	Linha*10
Carne de porco.	Linhas* 05, 09, 10, Espigão d'Oeste, Alvorada e Rolim de Moura.
Feijão, arroz, mandioca, farinha e banana-maçã.	Linha* 13
Galinha (engradada)	Linha* 11, Alto Alegre e Pimenta Bueno.
Manga, abacaxi.	Linha União
Alho	Goiânia
Condimentos	São Paulo e Rondônia
Cenoura, cebola, beterraba.	Paraná

\* = Linha/linhas: estradas vicinais abertas pelo INCRA para a implantação de lotes destinados à produção agropecuária dos antigos Projetos Integrados de Colonização (PIC).

Fonte: Pesquisa de campo.

Nota: Dados elaborados por Maria Selme Santana, em novembro de 2001, e organizados por Jacob Binsztok, em fevereiro de 2002.

Alguns segmentos urbanos, representados por comerciantes, profissionais liberais e funcionários públicos fiéis às raízes patrimonialistas do país, também estão adquirindo pequenos lotes na zona rural (1 a 5 alqueires) e transformando-os em sítios de fins de semana, estimulando, dessa forma, a existência de um razoável mercado de terras em Cacoal.

A presença desses movimentos mostra a importância dos estudos realizados por Otávio Guilherme Velho (1979, p. 70) sobre a grande mobilidade espacial do campesinato, de Oliveira (1990, p. 40), referente à desterritorialização do campesinato, e de Martin Coy (1995, p. 121), advertindo para o gradual fechamento da fronteira agrícola e sua insustentabilidade ambiental. Em linhas gerais, esses pesquisadores destacam a incapacidade da fronteira agrícola na solução da geração de trabalho e renda e admitem que o campesinato está longe de esgotar suas possibilidades para a construção de uma nova ordem territorial-ambiental no país.

#### Os espaços ocupados pelos meeiros e pelos trabalhadores rurais

Analisando as especificidades da colonização implantada pelo INCRA em Rondônia, Ariovaldo Umbelino Oliveira (1990, p. 29), influenciado por Carlos Minc (1985), aponta a importância da meação e do compadrio como procedimentos iniciais para a fixação dos pequenos proprietários, ressaltando:

A maior parte dos migrantes que chegaram a Rondônia não conseguiram lotes nem no primeiro, nem no segundo ano. Outros ganharam lotes em áreas sem qualquer tipo de acesso, com distâncias

de 100km das estradas. Tanto num caso como no outro, estes camponeses se instalaram nos lotes já produtivos de parentes ou amigos, na qualidade de agregados ou meeiros.

O sistema de meeiros é importante porque está na base das diferenças sócio-espaciais que ali se estabeleceram. O meeiro instala-se com sua família no lote de um colono, enquanto aguarda receber o seu, ou então que o seu lote se torne acessível. Neste período trabalha seu roçado com a família e ainda ajuda o proprietário na implantação da cultura de café ou cacau. Esta relação não deixa de ser um tipo de exploração, mas é a única forma que a família recém chegada encontra para sobreviver e conseguir economizar para investir no seu próprio lote. Geralmente as famílias, quando deixam seus locais de origem, já têm o endereço de conhecidos, que se dispõem a receber novos meeiros. Esta relação tornou-se assim a porta de entrada para a fixação de novos migrantes na região.

A presença de meeiros trabalhando ao lado de pequenos proprietários é uma constante no espaço agrário de Cacoal. Segundo informações da EMATER-RO, cerca de 60% dos acertos realizados entre meeiros e proprietários são verbais e por vezes conflituosos, não se pautando nos Contratos de Parceria Agrícola previstos no art. 92 do Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30/11/1964). O instrumento legal estipula que 50% da produção de café ou de cacau sejam divididos com o proprietário e que toda a “lavoura branca” – como a de mandioca, milho, feijão e frutas – seja propriedade do meeiro.

Alguns produtores adotam o Contrato de Parceria Agrícola como garantia contra futuras reivindicações judiciais. Atualmente os proprietários possuem de um a dois meeiros; em outras ocasiões, propriedades de 42 alqueires chegaram a contar com o trabalho de três meeiros.

Na pecuária registramos a presença de dois tipos de meeiro: o primeiro, representado pelo meeiro sem terra, é remunerado pelo peso adicional da engorda sob a sua responsabilidade; o segundo, caracterizado pelo meeiro com terra, recebe o novilho do fazendeiro e com este reparte igualmente o lucro. Em ambos os casos, a produção do leite pertence ao meeiro.

As linhas de crédito para os meeiros são concedidas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e as para os pequenos produtores, pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e pelo Rural-Rápido, as quais se situam na faixa de R\$1.000,00 a R\$5.000,00 e são operadas, respectivamente, pelo Banco do Brasil e pelo Banco da Amazônia Sociedade Anônima (BASA). No momento os pequenos produtores só perdem suas terras por dívidas no banco, se as tiverem ofertado como garantias hipotecárias. Esse procedimento confirma os estudos de Oliveira (1990, p. 30), mostrando que a atual fase do desenvolvimento capitalista não está interessada em expropriar terras e sim, em apropriar-se da renda da terra por intermédio da exploração do sobretrabalho dos pequenos proprietários e meeiros.

O trabalho temporário é utilizado por proprietários e meeiros nos meses de abril, maio, junho e julho, durante a safra do café, através do recrutamento de diaristas para a colheita do produto. Assim, são mobilizados trabalhadores do município limítrofe de

Espigão d'Oeste, empregadas domésticas, menores, enfim, há uma verdadeira corrida pela safra de café em Cacoal. Em 2001, esses trabalhadores foram remunerados em R\$1,50/latão, tendo a diária da mão-de-obra temporária atingido cerca de R\$15,00.

A incorporação do trabalho infantil na cafeicultura de Cacoal, típica da organização camponesa, foi observada em entrevistas com os alunos da Escola Cruzeiro do Norte, na linha 21. Além de trabalhar diretamente na produção cafeeira, capinando os lotes, desbastando e colhendo o café e enchendo os latões, essas crianças colaboram nas tarefas familiares, cuidando de irmãos, limpando a casa e fervendo o leite para a produção de leite-de-coco. Não parece aqui se tratar da exploração ou do sobretrabalho infantil comumente utilizados em outros setores da atividade agrícola, mas da inserção desses jovens na lógica de produção da unidade familiar camponesa.

Os jovens das áreas rurais são atendidos por 19 escolas municipais responsáveis pelo Ensino Fundamental e pelo Projeto Pró-Campo, que, inspirado no método desenvolvido por Paulo Freire, compatibiliza o trabalho agrícola com as atividades escolares. O Projeto ministra o conteúdo curricular de 5ª a 8ª série para cerca de 1.000 estudantes, mediante a utilização de um sistema alternativo envolvendo presença e atividades complementares. A etapa presencial é realizada com os docentes que, uma vez por semana, se deslocam para as unidades escolares e ali permanecem à disposição dos alunos, durante 8 horas; os demais dias destinam-se às atividades complementares.

A recente saída de produtores de áreas rurais de Cacoal contribuiu para uma reestruturação do Pró-Campo. Embora não tenha ocorrido o fechamento de escolas, como o verificado em Ji-Paraná e relatado por Martin Coy (1995, p.121), foram realizadas fusões de unidades escolares. Essas fusões não chegaram, entretanto, a interferir na capilaridade do sistema e, conseqüentemente, no acesso às atividades do Projeto, pois a Prefeitura disponibilizou um serviço de ônibus para o transporte dos alunos.

É importante ressaltar que o município vem perdendo sua população no campo, registrando-se, nos primórdios da década de 2000, um êxodo de cerca de 5.000 habitantes, os quais passaram a residir na área urbana, estimulados inclusive pelas políticas públicas adotadas pela municipalidade. A continuidade desse movimento poderá acarretar futuros riscos para a manutenção do Projeto Pró-Campo nas áreas rurais de Cacoal.

### Considerações finais

A pesquisa mostrou a necessidade de um estudo visando a organizar uma estrutura de escoamento da produção cafeeira em direção à Hidrovia do Madeira, semelhante ao executado pelo Grupo Maggi e pela Cargill em relação à produção de soja e milho do Mato Grosso e do sul de Rondônia, evitando, dessa forma, os onerosos custos de frete para os portos do Sudeste do país. Caso persista o atual quadro de dependência, a produção cafeeira rondoniense pode se transformar em uma periferia expandida dos interesses do Espírito Santo e do Paraná na Amazônia Meridional. As mudanças no setor cafeeiro deverão ser paulatinamente negociadas, pois são conhecidas as relações de confiança existentes entre produtores e intermediários capixabas e paranaenses.

Verificamos ainda que os meeiros se constituem em um dos mais importantes agentes da cafeicultura na região central de Rondônia, pois conseguem enfrentar as sucessivas crises sofridas pelo produto, viabilizando a agricultura familiar no estado. Caso predominassem as relações de trabalho assalariado, tal prática tornar-se-ia inviável, assim como – e conseqüentemente – a produção cafeeira na região.

O trabalho demonstrou também a necessidade de estímulo a formas de intercâmbio com entidades ambientalistas e de comércio justo em âmbitos nacional e internacional, visando à obtenção de uma certificação principalmente para a produção de café que privilegie o cultivo orgânico. Nesse sentido são promissoras as articulações feitas por cooperativas do centro de Rondônia com países europeus, objetivando a exportação de café cultivado sem agrotóxicos.

A pesquisa igualmente demonstrou que os movimentos migratórios no estado de Rondônia não são mais realizados na rota dos fluxos regionais e sim, na direção de movimentos intra-regionais, o que explicaria os deslocamentos de populações localizadas no centro de Rondônia para outras áreas do próprio estado ou para Mato Grosso, comprovando assim a tese de que a fronteira ainda não esgotou suas possibilidades de abrigar novos contingentes populacionais.

artigo recebido **abril/2006**  
artigo aprovado **julho/2006**

## Referências

- BECKER, B. K. *Geopolítica da Amazônia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- BINSZTOK, J. Cacoal: campesinato e cafeicultura na fronteira agrícola do Centro-Leste de Rondônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. *Anais...* Recife: UFPE, 2002. p. 7-22.
- COY, M. Cidades pioneiras e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: transformação socioeconômica e desafios para o planejamento nas frentes pioneiras. *Geosul*, Florianópolis, ano 10, n. 19/20, p. 51-67, 1995.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Levantamento sistemático da produção agrícola*. Rio de Janeiro, 2001.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Colonização em dados*. Brasília, 1983.
- KEMPER, M. L. *Cacoal: sua história, sua gente*. Goiânia, GO: Grafopel, 2002.
- MINC, C. *A reconquista da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- OLIVEIRA, A. U. *Amazônia, monopólio, expropriação e conflito*. Campinas: Papirus, 1990.
- ROCHE, J. *A colonização alemã no Espírito Santo*. São Paulo: USP, 1968.
- RONDÔNIA. Governo do Estado. *Malha municipal de Rondônia*. Porto Velho, 2006. Mapa físico. Escala 1: 80.000.
- SILVA FILHO, G. A. Toponímia de Rondônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 39-61, 1995.
- VALVERDE, O. *Geografia agrária do Brasil*. Rio de Janeiro: CBPE/INEP/MEC, 1964.
- VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo da fronteira em movimento*. São Paulo: Difel, 1979.